

BRASIL
OS FRUTOS
DA GUERRA
NEILL
LOCHERY

TRADUÇÃO DE LOURDES SETTE

REVISÃO TÉCNICA DE ALEXANDRE LUIS MORELI ROCHA
Coordenador do Centro de Relações Internacionais do
CPDOC-Fundação Getulio Vargas



Copyright © 2014 by Neill Lochery

TÍTULO ORIGINAL

Brazil: The Fortunes of War — World War II and the Making of Modern Brazil

PREPARAÇÃO

Paula Diniz

REVISÃO

Carolina Rodrigues

Luísa Ulhoa

DIAGRAMAÇÃO

ô de casa

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

L79b

Lochery, Neill, 1965-

Brasil : os frutos da guerra / Neill Lochery ; tradução Lourdes Sette.
- 1. ed. - Rio de Janeiro : Intrínseca, 2015.

376 p. ; 23 cm.

Tradução de: Brazil: the fortunes of war

Inclui bibliografia e índice

fotos

ISBN 978-85-8057-691-7

1. Guerra Mundial, 1939-1945 - Brasil. 2. Vargas, Getúlio, 1882-1954. 3. Brasil - História - 1930-1945. 4. Brasil - Relações exteriores. I. Título.

15-19469

CDD: 981.06

CDU: 94(81)*1930/1945*

[2015]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA INTRÍNSECA LTDA.

Rua Marquês de São Vicente, 99/3ª andar

22451-041 – Gávea

Rio de Janeiro – RJ

Tel./Fax: (21) 3206-7400

www.intrinseca.com.br

Para Emma, Benjamin e Hélène

SUMÁRIO

Introdução 9

PRÓLOGO: O BOM VIZINHO 17

PARTE UM: PRELÚDIO À GUERRA

1 A CHAVE 29

2 O OLHO ESQUERDO DE VARGAS 40

PARTE DOIS: A NEUTRALIDADE BRASILEIRA

3 JOGOS PERIGOSOS 55

4 UM TIRO DE ADVERTÊNCIA 69

5 ALIADOS DISCORDANTES 84

6 FUGA DO RIO DE JANEIRO 101

7 ESTREITANDO OS LAÇOS E AMPLIANDO AS DIVISÕES 114

PARTE TRÊS: RUMO À GUERRA

8 BEM ATRÁS DE VOCÊ 135

9 WELLES SAI DE CENA E WELLES ENTRA EM CENA 153

10 A QUESTÃO DA SUCESSÃO 170

PARTE QUATRO: O BRASIL VAI À GUERRA

11 A DECISÃO 185

12 O APAGAR DAS LUZES NO RIO DE JANEIRO 200

13 O JANTAR 213

PARTE CINCO: A PARTICIPAÇÃO ATIVA DO BRASIL

14 CHEGADAS TARDIAS 231

15 A PROMESSA 244

16 ADEUS A ARANHA 258

17 O DESAFIO 269

PARTE SEIS: A MELANCOLIA DO PÓS-GUERRA

18 A SAÍDA 283

19 O ATO FINAL 295

EPÍLOGO: O LEGADO 311

Agradecimentos 315

Créditos das fotografias 319

Bibliografia 321

Notas 331

Índice 355

INTRODUÇÃO

A CIDADE DO RIO DE JANEIRO, conhecida como Cidade Maravilhosa, está situada no sopé da Serra do Mar, fronteira pela faixa da praia de Copacabana e banhada pela extensão da baía de Guanabara. Fundado no século XVI em uma baía da costa atlântica do sudeste brasileiro, o Rio de Janeiro mais do que faz jus a esse título.

Na cidade, persiste com mais força a vibrante energia econômica que passou a caracterizar o Brasil. No alvorecer do século XXI, o Rio de Janeiro é a segunda maior cidade do país e a sexta maior das Américas. E, embora sua importância política doméstica talvez não esteja mais à altura de seu poderio econômico, durante a maior parte dos séculos XVIII, XIX e XX, a cidade foi a capital do Brasil e, portanto, o centro de poder, em sua definição mais completa: primeiro, durante o período colonial, em seguida, durante sua breve elevação à condição de reino na monarquia transcontinental de Portugal e, por fim, nos primeiros 140 anos da existência do Brasil como um Estado independente.

Quando Brasília — a recém-criada capital federal — suplantou o Rio de Janeiro em 1960, a Cidade Maravilhosa tinha deixado uma marca indelével no resto do país. Nas décadas anteriores a essa mudança, os líderes federais que governavam o país da então capital foram responsáveis pela transição do Brasil de um remanso tropical exuberante, porém descuidado, para uma das nações mais dinâmicas da América do Sul e, de fato, do mundo inteiro. Hoje o Brasil está entre os dez maiores países do mundo em termos de produto interno bruto (PIB) e, com uma taxa de crescimento que permanece consistentemente elevada, está pronto para subir ainda mais nessa classificação nas próximas décadas. No entanto, a história de como esse milagre econômico ocorreu nunca foi contada por completo.

No início da Segunda Guerra Mundial, o Brasil era um lugar completamente diferente do que é hoje. Em 1938, um ano antes de a guerra estourar, ele era a quarta maior nação do planeta e cobria quase metade da área total da América do Sul.¹ Com quase 8,5 milhões de quilômetros quadrados, era maior do que os Estados Unidos continental, mas sua população no

início da década de 1940 era de aproximadamente 41 milhões de pessoas — cerca de um terço da população dos Estados Unidos na época e menos de um quarto do contingente atual de duzentos milhões de brasileiros.² O país era dividido, grosso modo, entre as áreas desenvolvidas, que incluíam as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, e o imenso e subdesenvolvido interior do país. A infraestrutura de boa qualidade era quase ausente, com ligações rodoviárias e ferroviárias precárias, mesmo entre as partes mais povoadas do país.³

As ligações com o mundo exterior também eram inadequadas. O serviço aéreo para os Estados Unidos levava dias, e as conexões com a Europa não estavam plenamente desenvolvidas. O Rio de Janeiro era um porto de atracação frequente para os transatlânticos, mas apenas os brasileiros muito ricos podiam se dar ao luxo de viajar para o exterior. A maioria apenas lia sobre cidades como Londres, Paris e Nova York nos jornais locais e nunca chegou a visitá-las. Em parte como resultado da sua posição geográfica e também devido à língua (ele é o único país lusófono da América do Sul), o Brasil mantinha-se, em grande medida, isolado do mundo exterior.

Durante o transcorrer da Segunda Guerra Mundial, tudo isso mudaria. Graças, em grande parte, a uma aliança com os Estados Unidos, a indústria, a infraestrutura de transporte e a posição política do Brasil na América do Sul e no mundo passaram por uma transformação radical na década de 1940. A guerra levou ao nascimento do Brasil moderno e à sua ascensão como uma das potências econômicas mundiais. E o Rio de Janeiro era o eixo do dínamo brasileiro.

Observadores astutos podiam ter detectado no Rio de Janeiro pré-guerra algo da energia inesgotável que daria à cidade um papel de enorme pioneirismo no futuro do Brasil. Antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial, a capital brasileira era um lugar belo, exótico e um pouco caótico, distante dos circuitos habituais para os moradores abastados e os *playboys* internacionais super-ricos que procuravam diversão e aventura. A falta de instalações portuárias de alta qualidade e de um aeroporto internacional decente dificultava o acesso de empresários estrangeiros e dos turistas menos arrojados ao Rio de Janeiro. No entanto, quando chegavam, esses homens e mulheres intrépidos encontravam uma cidade que aspirava claramente a um nível de cosmopolitismo quase inédito na América do Sul.

A cidade, no final da década de 1930, era um centro para pessoas sofisticadas, influentes e intelectuais que, fosse por nascimento, escolha ou necessidade,

encontravam-se no hemisfério sul das Américas. Centrais para a vibrante cena social carioca eram o hotel cinco estrelas Copacabana Palace, localizado de frente para a praia mais famosa do Rio de Janeiro, e o Jockey Club, construído em um terreno aterrado da lagoa Rodrigo de Freitas. O Copacabana Palace, inaugurado em 1923, era um dos melhores exemplos de arquitetura *art déco* na cidade e o lugar frequentado pelos farristas internacionais e membros da alta sociedade carioca. Fred Astaire e Ginger Rogers dançaram em seu magnífico salão de baile. O escritor judeu Stefan Zweig, que fugiu da perseguição nazista na Europa, ficou hospedado no hotel antes de ele e sua mulher se suicidarem em 1942, em Petrópolis, a cerca de setenta quilômetros do Centro do Rio. Durante a Segunda Guerra Mundial, pessoas como Clark Gable, Douglas Fairbanks Jr. e Walt Disney se hospedaram no hotel, todos em missões especiais de guerra para o governo americano.

Do outro lado da cidade, o Jockey Club era onde a elite da sociedade brasileira se reunia e fazia negócios durante a longa temporada de corridas de cavalo — estas eram realizadas em noites amenas, da primavera ao outono. As cadeiras próximas à pista eram dispostas em uma ordem social rígida, com as damas da sociedade — em casacos de pele e vestidos de grifes das principais casas de moda na Europa — instaladas na primeira fila. Os sócios homens do Jockey Club compareciam aparámentados com esmero, com o cabelo penteado para trás e vestindo ternos brancos, de corte amplo, feitos de linho e algodão, camisas brancas e gravatas largas coloridas, tudo isso combinando com sapatos bicolores brilhantes.

Um dos patronos e frequentadores assíduos do Jockey Club era o presidente do Brasil, Getúlio Dornelles Vargas. Fisicamente, ele não era um homem memorável: baixo e corpulento, adquiriu uma barriga avantajada em seus últimos anos de vida. Embora sensível às acusações de vaidade feitas por seus oponentes políticos, Vargas não fazia nada para afastá-las. Diziam que ele pintava o cabelo e estava sempre bem-vestido; no inverno, muitas vezes usava seu terno favorito azul-acinzentado e, no verão, era visto em ternos de algodão branco e gravatas listradas. No entanto, apesar da falta de imponência física havia uma aura em torno de Vargas. Ele aparentava calma e contentamento, e seus conhecimentos de advocacia — Vargas se formara em direito antes de entrar para a política — davam-lhe um ar ponderado e prudente. Muitas vezes era encontrado soprando suavemente a fumaça de um charuto nacional ou promovendo sessões de carteados restritas aos íntimos; pôquer era seu jogo favorito.

A chegada de Vargas ao poder, no início da década de 1930, representou uma mudança enorme na política brasileira e, a princípio, gerou uma grande instabilidade política no país. Antes de 1930, o Brasil fora dominado por um poderoso grupo de políticos, industriais e cafeicultores de São Paulo. Os paulistas governaram o Brasil em aliança com os líderes de Minas Gerais. Juntos, os dois grupos se revezavam no controle da Presidência e do Congresso.

Na eleição presidencial de 1930, porém, um grupo político conhecido como “os gaúchos” desafiou a junta paulista-mineira. Os novos contestadores vinham do Rio Grande do Sul, estado conhecido no Brasil como “região dos gaúchos” por causa de suas grandes fazendas, muitas das quais se estendiam por centenas de quilômetros. Vargas era nativo da região e presidente do estado na época e, portanto, um dos membros mais destacados da oposição. Escolhido como o candidato desta, ele fez uma campanha muito impressionante, mas acabou perdendo a eleição presidencial para Júlio Prestes, governador do estado de São Paulo. Alegando fraude eleitoral, Vargas se recusou a reconhecer a vitória de Prestes e, com o apoio de uma ampla gama de militares e cidadãos de classe média das cidades, lançou um golpe de Estado sem derramamento de sangue que conseguiu derrubar o governo e instalar Vargas no Rio de Janeiro. Em julho de 1932, São Paulo tentou reverter a situação montando uma contrarrevolução, mas, após três meses de combate, Vargas e seus seguidores conseguiram acabar com a revolta.

Tendo tomado o controle do país por meio de uma combinação de subterfúgios políticos e força pura, Vargas correu para consolidar seu poder frente às novas ameaças. Em 1934, apresentou uma nova Constituição que criou uma Assembleia Constituinte e permitiu sua eleição formal como presidente. No ano seguinte, houve outro grande desafio para seu governo, vindo, dessa vez, dos comunistas. O governo tomou medidas rápidas contra a revolta, prendendo milhares deles. Vários líderes da revolta receberam longas sentenças de prisão dos tribunais. Os comunistas não desapareceram do mapa político do Brasil após esse golpe de Estado fracassado, mas o governo de Vargas os enfraquecera substancialmente.

Assim como em 1930, o ano de 1937 também foi marcado por um grande drama político no país. Uma eleição presidencial deveria ser realizada naquele ano, nos termos da Constituição de 1934; o candidato vencedor teria um mandato de quatro anos, com início em 1938. A Cons-

tituição proibia Vargas de concorrer à reeleição. Contudo, ele encontrou uma maneira de contornar esse problema, recusando-se a apoiar qualquer dos candidatos declarados e trabalhando em segredo com os membros de seu regime para elaborar uma nova Constituição. Em novembro de 1937, Vargas entrou em ação, declarando lei marcial, o cancelamento das eleições e a dissolução do Congresso, cujas portas os deputados encontraram trancadas ao chegarem. Foi um golpe de Estado sem derramamento de sangue. O presidente Vargas permaneceu no governo, mas era agora um ditador com poderes concedidos por uma nova Constituição autoritária conhecida como Estado Novo. De importância crucial para Vargas, os Estados Unidos continuaram a estreitar laços com o Brasil como se nada tivesse acontecido.

O presidente Vargas entendia que o Brasil era uma potência econômica e militar fraca e que, como seu líder, ele não tinha muitos trunfos na mão. Contudo, suas ambições para o Brasil — e para sua própria carreira política — permaneciam grandes. Fundamentais para suas políticas eram os objetivos de fortalecer o próprio regime e consolidar as novas estruturas de poder no Brasil, de modo a levar o país a se tornar uma força importante na economia e na política da região. Mesmo antes da guerra, Vargas tinha plena consciência das ferramentas econômicas que poderia usar para atingir ambos os objetivos. A questão comercial e seu potencial para melhorar a economia do Brasil dominavam os telegramas e despachos que chegavam à sua mesa no Rio de Janeiro durante a guerra.

Na época da eclosão da Segunda Guerra Mundial, o Brasil desfrutava de uma relação razoavelmente forte — e muito lucrativa — com a Alemanha. A forma como o comércio era organizado convinha ao Brasil, pois Berlim concordara com condições de pagamento especiais para os brasileiros. O desejo por parte dos militares brasileiros de comprar armas alemãs e a disposição de Berlim de vendê-las ao Brasil eram centrais para esse comércio. De fato, mesmo durante a invasão da Polônia pela Alemanha no início da guerra, no outono europeu de 1939, e de seus rápidos avanços na Europa Ocidental na primavera e no verão europeus de 1940, Berlim possuía armas extras em quantidade suficiente para serem vendidas ao Brasil.

Enquanto isso, os Estados Unidos se preparavam para entrar na guerra contra a Alemanha e tramavam incluir o Brasil no grupo dos Aliados. Os americanos acreditavam que o Brasil era o parceiro local mais confiável na

missão de deter o crescimento da influência nazista na região — sobretudo na Argentina, cujo governo pró-nazista transformara o país em um posto avançado atraente para os agentes de Hitler. O serviço de inteligência americano advertiu o presidente Roosevelt de que os alemães queriam estabelecer uma presença política e militar forte e permanente na América Latina. Isso era inaceitável para os americanos, que estavam dispostos a investir de forma maciça — por meio da garantia de concessões comerciais — a fim de evitar que os alemães ganhassem um ponto de apoio tão perto de seu país.

O presidente Vargas entendia a posição dos Estados Unidos de forma muito clara e, com cautela, tentou maximizar os ganhos do Brasil com a guerra. De fato, esse objetivo estava no cerne de cada negociação brasileira com os americanos. Vargas também entendia que, a fim de ganhar significativamente com a Segunda Guerra Mundial, o Brasil precisaria sair da sua posição inicial de neutralidade. Em suma, o Brasil tinha primeiro que encerrar formalmente suas relações comerciais extensas e muito lucrativas com os alemães e, em um momento posterior, aderir formalmente à guerra contra os poderes do Eixo.

Vargas acabou por se juntar aos Aliados, chegando ao ponto de enviar tropas brasileiras à Europa para participar na derrocada da Alemanha nos meses finais da guerra. Como previra, sua relação com Washington, em última análise, melhorou a situação econômica do Brasil, mas isso lhe custou o próprio poder. A aproximação com os Estados Unidos aprofundou as tensões internas e prejudicou tanto sua liderança quanto a continuidade do Estado Novo ao final da guerra. Ainda assim, o Brasil prosperou. Após a guerra, ele entrou para a lista bastante restrita de países que se beneficiaram muito com o conflito — as potências europeias neutras compõem o restante desse seleto clube.

Uma famosa lista dos objetivos de guerra brasileiros preparada pelo ministro das Relações Exteriores pró-Estados Unidos, Oswaldo Aranha (que mais tarde se tornou o primeiro presidente da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas), ressalta os enormes ganhos do país durante a Segunda Guerra Mundial. Aranha preparou essa lista incrivelmente ambiciosa para uma reunião a portas fechadas entre os presidentes Vargas e Roosevelt, que ocorreu no Brasil em janeiro de 1943, e o documento pode ser usado como uma espécie de conjunto de indicadores para avaliar o que o Brasil alcançou durante o conflito.

De acordo com Aranha, os onze objetivos que o Brasil devia perseguir eram:

1. Uma posição melhor na política mundial.
2. A consolidação de sua superioridade na América do Sul.
3. Relações mais seguras e estreitas com os Estados Unidos.
4. O desenvolvimento de uma influência maior sobre Portugal e as colônias portuguesas.
5. O desenvolvimento do poder marítimo (Marinha).
6. O desenvolvimento do poder aéreo (Força Aérea).
7. O desenvolvimento de indústrias pesadas.
8. A criação de um complexo industrial militar.
9. A criação de indústrias — tais como empreendimentos agrícolas, extrativistas e mineradores — para complementar as dos Estados Unidos, que seriam essenciais para a reconstrução do mundo após a guerra.
10. A expansão das ferrovias e estradas brasileiras para fins estratégicos e econômicos.
11. A exploração em busca de combustíveis essenciais.⁴

Tomados em conjunto, os itens da lista de Aranha constituíam uma afirmação corajosa do lugar que o Brasil merecia ocupar na ordem internacional. Eles representavam uma tentativa coordenada para transformar a nação e levá-la ao século XX. Esses objetivos eram ainda mais ambiciosos uma vez que, no início da Segunda Guerra Mundial, o Brasil ainda era um país extremamente subdesenvolvido. Em 1940, dois terços dos brasileiros eram analfabetos, quase 70% da população vivia em áreas rurais e as comunicações e os sistemas de transporte muito rudimentares da nação deixavam grandes partes do país isoladas ao extremo. Além disso, ao contrário da maioria dos países desenvolvidos, cujas principais fontes econômicas eram as indústrias, a principal atividade econômica do Brasil era a agricultura, com o café ainda sendo o principal produto de exportação.

Vargas mudou tudo isso e levou o Brasil firmemente ao cenário mundial. Sob sua liderança, o país foi modernizado — foram construídas uma nova usina siderúrgica nacional, novas estradas e ferrovias, e melhorias foram feitas no setor agrícola. No entanto, acima de tudo, suas forças armadas se transformaram nas mais poderosas da região. O Brasil tornou-se uma superpotência regional em termos militares, políticos e econômicos.

PRÓLOGO: O BOM VIZINHO

FOI NO SÁBADO 4 DE MARÇO DE 1933, um dia nublado de final de inverno no hemisfério norte em Washington, D.C., que Franklin D. Roosevelt fez o juramento de posse na presença de Charles Evans Hughes, o presidente da Suprema Corte. Após a cerimônia, o novo presidente dos Estados Unidos fez um discurso de vinte minutos que foi transmitido por rádio para dezenas de milhões de ouvintes em todo o país. O discurso, hoje mais lembrado por causa da afirmação de Roosevelt de que “a única coisa que temos a temer é (...) o próprio medo”, concentrou-se quase inteiramente nos objetivos da política doméstica, os quais dominaram a campanha e ajudaram Roosevelt a obter uma vitória esmagadora sobre o candidato à reeleição, o republicano Herbert Hoover. Tudo isso, por uma boa razão: com os Estados Unidos nas profundezas da pior depressão econômica da história do país, a proposta doméstica de Roosevelt não podia ter sido mais premente.

Apenas um curto parágrafo do pronunciamento foi dedicado à questão das relações exteriores. No entanto, essa digressão — e a analogia poderosa que continha — lançaria um dos programas mais importantes da história da política externa americana. “No campo da política internacional”, disse Roosevelt aos conterrâneos, “eu dedicaria esta nação à política de boa vizinhança (...) o vizinho que respeita firmemente a si próprio e, por fazê-lo, respeita os direitos dos outros (...) o vizinho que respeita as suas obrigações e a inviolabilidade de seus compromissos internos e com o conjunto de seus vizinhos.”¹

O comentário breve, porém incisivo, de Roosevelt refletia as mesmas preocupações domésticas que ele destacara no resto de seu discurso, mas sob um ângulo diferente. No cerne do comentário — e no centro da Política de Boa Vizinhança resultante — estava o princípio da não intervenção e da não interferência nos assuntos internos dos países latino-americanos. No

entanto, os objetivos de Roosevelt não eram altruístas. No âmbito dessa política, os Estados Unidos desenvolveram trocas mutuamente benéficas com os países da América Latina, na esperança de também criar novas oportunidades comerciais entre os americanos e seus vizinhos do sul, aprofundando, assim, sua influência na região.

O secretário de Estado dos Estados Unidos, Cordell Hull, foi designado para realizar a tarefa de tornar a declaração do presidente realidade através do desenvolvimento de relações mais estreitas entre as 21 repúblicas das Américas. Desde o início, essa empreitada não se mostrou uma tarefa fácil. Na maioria dos países da América Central e do Sul havia uma profunda desconfiança com relação aos objetivos e às intenções dos Estados Unidos, que até 1933 poderiam ser caracterizados como essencialmente exploradores e interessados sobretudo em dividir e governar toda e qualquer região que conseguissem. Hull lamentou a “herança de má vontade” dos Estados Unidos, afirmando que “ela foi comprovada por intervenções (...) Arelado ao antagonismo político estava o ressentimento econômico. As altas tarifas do governo anterior, juntamente com a quebra da bolsa em 1929, trouxeram graves dificuldades econômicas para os países da América Latina”.² Os problemas dos Estados Unidos haviam se espalhado para seus vizinhos do sul e agravado os já efervescentes ressentimentos com políticas consideradas paternalistas e egoístas.

Os Estados Unidos enfrentavam não apenas o profundo receio das nações latino-americanas, mas também as divisões entre elas. Muitos países da região sentiam uma profunda desconfiança mútua. Como consequência, Hull pretendia fomentar o desenvolvimento da confiança, amizade e cooperação entre as nações da América Latina.³ Esse era um objetivo ambicioso.

Talvez nenhuma rivalidade nessa região fosse tão intensa quanto aquela entre o Brasil e a Argentina, ambos disputando o predomínio militar, econômico e político do continente. Tal rivalidade era baseada em conflitos históricos por territórios; os Estados tinham alcançado a independência de Portugal e da Espanha, respectivamente, e as tensões coloniais que dominaram as relações entre esses dois países europeus também contaminaram as relações argentino-brasileiras. O Brasil, por exemplo, só chegou a um acordo sobre suas disputas de longa data com relação à fronteira entre as duas nações no início do século XX. Os dois Estados passaram toda a década de 1930 competindo um com o outro, e suas políticas de defesa refletiam a tradicional suspeita mútua. Essa desconfiança também afetava sua política

externa e circunscrevia a diplomacia dos Estados Unidos com relação a eles. Qualquer movimento por parte dos americanos para ajudar a Argentina era visto com profunda desconfiança pelo governo brasileiro, que presumia que a ajuda americana aos argentinos seria prejudicial aos interesses do Brasil. Desnecessário dizer que o governo argentino nutria as mesmas suposições.

Um importante relatório dos serviços de inteligência americanos explicou sucintamente os problemas do Brasil com a Argentina em 1930. Ele afirmava:

Nos últimos anos, os brasileiros manifestaram preocupação com as pretensões argentinas com relação ao seu território (...) A Argentina era considerada a mais poderosa das nações latino-americanas. O vasto e subdesenvolvido interior do Brasil e sua população heterogênea eram considerados uma fonte de fraqueza, e não de força. A Argentina era mais rica; seus centros populacionais e de produção eram mais compactos e imbricados; e seus habitantes, predominantemente brancos, desfrutavam de um padrão de vida melhor do que o da maioria dos brasileiros. Muitos observadores consideravam as forças armadas da Argentina, sobretudo a Marinha, de longe, as melhores da América do Sul.⁴

O maior medo no Brasil durante os anos anteriores à Segunda Guerra Mundial era que a Argentina usasse a crescente influência nazista no país como pretexto para fortalecer suas forças armadas e montar uma campanha militar contra o Brasil. Havia bons motivos para os temores brasileiros: a cultura política argentina durante esse período foi fortemente nacionalista, e as forças armadas do país eram pró-Alemanha e buscavam expandir a influência argentina na região. Confrontados com a possibilidade de uma agressão militar argentina, variando de escaramuças militares ao longo da fronteira argentino-brasileira até uma invasão em larga escala, os líderes do Brasil buscaram maneiras práticas de neutralizar a ameaça argentina. Naturalmente, isso incluía aumentar essa ameaça junto a potências estrangeiras, sobretudo a Grã-Bretanha e — cada vez mais — os Estados Unidos.

O presidente Roosevelt se mostrou receptivo às notícias sobre as rivalidades internas fortes e potencialmente desestabilizadoras entre as repúblicas da América, assim como ao que era percebido como a simpatia pró-Alemanha por parte de algumas delas. No dia seguinte ao discurso de posse de Roosevelt, o partido nazista conquistou 43,9% dos votos

nas eleições parlamentares alemãs. A vitória eleitoral ajudou a consolidar Hitler no poder e engendrou uma política externa alemã mais declaradamente expansionista.⁵ Entretanto, o impacto da consolidação do poder de Hitler não se limitava ao continente europeu. Era conhecida a simpatia da Argentina pela Alemanha; os britânicos e os americanos estavam preocupados que o Brasil também a nutrisse. O objetivo central da Política de Boa Vizinhança era, portanto, aumentar a segurança dos Estados Unidos ao salvaguardar a região das influências estrangeiras hostis. Essa política, conseqüentemente, era caracterizada sobretudo pelos esforços de Washington para deter os avanços feitos na região pela Alemanha e pela Itália. Contudo, nos anos que antecederam a Segunda Guerra Mundial, Cordell Hull e, após a sua nomeação, em 1937, o subsecretário de Estado, Sumner Welles, não conseguiram atingir os objetivos ambiciosos do programa. Grande parte desse fracasso se deveu a fatores que estavam fora do controle dos Estados Unidos.

A Alemanha estava interessada em desenvolver laços com os países latino-americanos, principalmente com o Brasil, em quem enxergava grandes oportunidades comerciais. O Brasil desenvolveu com Berlim fortes laços comerciais usando um esquema complexo de compensação em marcos sem o qual não teria meios suficientes para fazer os pagamentos.⁶ Tudo isso acabou sendo muito frustrante para os Estados Unidos e para a Grã-Bretanha, que até então tinham sido os principais parceiros comerciais do Brasil.⁷ A Alemanha parecia disposta a ir muito mais longe do que os dois no uso dos laços comerciais para ajudar a promover sua influência política no Brasil.

O programa maciço de rearmamento da Alemanha, cujo principal intuito era transformar as forças armadas alemãs nas mais poderosas da Europa continental, criou a possibilidade da venda de armas de Berlim para o Brasil. Essa era uma perspectiva muito sedutora para os líderes militares brasileiros, que estavam ansiosos para desenvolver as forças armadas de seu país, a fim de combater uma eventual agressão argentina. A Alemanha parecia disposta a abastecer o Brasil com armas de alta qualidade. A Grã-Bretanha manteve-se firmemente contrária a permitir que armas alemãs chegassem ao Brasil, sobretudo devido aos temores de que carregamentos de armas ajudariam a consolidar supostos sentimentos pró-nazistas nutridos por oficiais das forças armadas brasileiras. No entanto, a Grã-Bretanha não poderia oferecer armas aos brasileiros. Em Londres, uma política de

manter a paz com os alemães ainda vigorava. Os indivíduos que defendiam o rearmamento, como Winston Churchill, eram minoria. Mesmo que a Grã-Bretanha desejasse fornecer armas ao Brasil (e, dadas as preocupações com as tendências políticas deste país, isso era pouco provável), não tinha sobressalentes para vender.

Os Estados Unidos, embora não estivessem tão preocupados com a questão das armas quanto os britânicos, ficaram muito apreensivos com as tentativas da Alemanha e da Itália de fomentar os laços com as grandes colônias de imigrantes alemães e italianos no Brasil. À medida que a situação na Europa se tornava cada vez mais tensa no fim da década de 1930, a embaixada americana no Rio de Janeiro demonstrava sua preocupação: “Os governos italiano e alemão têm feito, nos últimos anos, uma tentativa resoluta de organizar as colônias italiana e alemã no Brasil e de inspirar a mais ardente lealdade entre os seus compatriotas, não só à pátria, mas aos regimes políticos em ação hoje na Itália e na Alemanha.”⁸ A possibilidade de um segundo poder abertamente pró-Eixo na América do Sul começava a parecer assustadoramente real.

Em Washington, o Departamento de Estado observou que, em muitos aspectos, as colônias de imigrantes italianos e alemães no Brasil representavam tudo o que estava errado no país. Os imigrantes viviam em comunidades fechadas no sul do país, e seus filhos eram educados em alemão ou italiano em muitas escolas.⁹ No entanto, esses dois grupos eram influentes na economia local, em particular nos ramos da aviação e do comércio. Todos os dias, jornais em italiano e alemão traziam notícias locais e internacionais para essas comunidades.¹⁰

Em 1933, Roosevelt começou a estreitar os laços entre as nações da América Latina e os Estados Unidos. O problema com o Brasil eram as divisões internas do país que, de tão fortes, tornavam a meta de Roosevelt quase impossível. Conforme ilustrado pelo recente golpe de Estado de Getúlio Vargas, o poder no Brasil era concentrado nos estados; o governo federal era bastante fraco e a instabilidade política, grande. Fragmentado e cambaleando de um lado para outro, o Brasil precisava de um líder capaz de contar com um amplo apoio e que, portanto, tivesse tempo e oportunidade para organizar e transformar o país.

Em um esforço para mostrar a mudança na política americana em relação ao Brasil desde 1933, o presidente Roosevelt visitou o país em novembro de 1936. Multidões enormes o saudaram em sua chegada ao Rio de Janeiro, onde

o presidente Vargas o recebeu com todas as honras. Navios de guerra brasileiros, juntamente com aviões de aparência antiga da força aérea, acompanharam a entrada do navio do presidente americano no porto.

Ao final de sua visita, Roosevelt estava cheio de elogios a Vargas e “à grande república do Brasil”. Em um discurso após um banquete realizado em sua homenagem, ele convidou os comensais para se juntar a ele em um brinde ao presidente do Brasil, dizendo: “Estou deixando vocês esta noite com grande pesar. Há uma coisa, porém, que ficará em minha memória. Trata-se das duas pessoas que inventaram o New Deal, o presidente do Brasil e o presidente dos Estados Unidos.”¹¹

A associação que Roosevelt fez de Vargas com seu famoso programa econômico foi um toque simpático e muito apreciado pelo presidente brasileiro. Além de destacar o trabalho de transformação do Brasil realizado por Vargas desde sua chegada ao poder em 1930, Roosevelt pretendia lisonjeá-lo e inspirá-lo a fazer mais para industrializar o país. Apesar da própria ambição — e devido, em parte, às profundas divisões internas no Brasil —, Vargas conseguira realizar apenas transformações modestas até 1936.

A visita de Roosevelt foi retratada no Brasil e nos Estados Unidos como um grande sucesso e recebeu o crédito de ter gerado boa vontade mútua entre os países. Porém, na verdade, a visita pouco mudou a situação vigente. Embora tenha ficado claro que o povo brasileiro nutria uma imensa afeição por Roosevelt, sua gente continuou a alimentar suspeitas profundas com relação às intenções dos Estados Unidos na América Latina.

Uma análise mais sombria do Brasil e da América Latina veio de Cordell Hull, que viajou com Roosevelt para o Brasil e, posteriormente, para a Argentina a fim de participar da Conferência Interamericana de Consolidação da Paz, a qual envolveu todos os países do continente americano. Hull escreveria mais tarde:

A América Latina que visitei naquela viagem diferia da América Latina que vi apenas três anos atrás, porque a penetração do Eixo fizera um progresso alarmante e veloz sob vários aspectos. Por muitos meses, recebemos relatórios de nossos representantes nos países ao sul de nosso território, que, somados, criaram uma imagem de tons ameaçadores. A Alemanha nazista, em particular, estava empregando esforços intensivos para ganhar ascendência entre os nossos vizinhos, mas a Itália e o Japão também trabalhavam com ardor.¹²

Para um visitante americano como Hull, parecia dolorosamente evidente que os fascistas, nazistas e outros simpatizantes do Eixo logo estariam na soleira dos Estados Unidos se nada fosse feito para detê-los.

A confirmação dos temores de Hull pareceu vir no ano seguinte, no Brasil, quando Vargas cancelou as eleições programadas, baniu os partidos políticos, suspendeu a Constituição e declarou o Estado Novo. Em um discurso à nação em 10 de novembro de 1937, Vargas explicou o raciocínio por trás de suas ações. Argumentou que a situação política no Brasil se tornara incontrolável e que, após consultar os membros-chave do Estado brasileiro (uma clara referência às lideranças militares), não tivera outra escolha a não ser agir.¹³ Vargas reconheceu que era “uma decisão excepcional (...) acima das deliberações ordinárias da atividade governamental”, mas insistiu que esse era seu dever como chefe de Estado brasileiro.^{14*}

Superficialmente, parecia que o estabelecimento do Estado Novo empurraria o país ainda mais para a órbita dos alemães. Havia, porém, diferenças ideológicas marcantes entre os sistemas brasileiro e alemão. O Estado Novo do Brasil e seu governo resultante se assemelhavam ao Estado Novo de Portugal, e nenhum dos dois sistemas tinha as fortes características militaristas dos nazistas. Ainda assim, os Estados Unidos estavam cada vez mais preocupados com a atitude do regime de Vargas em relação aos imigrantes judeus no sul do país. Crescia o número de relatos de ataques contra essa comunidade e suas propriedades no Brasil. E, embora talvez não estivessem diretamente envolvidas, ficou claro que as autoridades brasileiras faziam muito pouco para impedir tais agressões.¹⁵

O governo Roosevelt optou por ignorar o sofrimento dos judeus no Brasil e se concentrar apenas em questões geoestratégicas. A Política de Boa Vizinhança, afinal, exigia que os Estados Unidos não interviessem na política interna de um Estado da América Latina, e Roosevelt não tinha intenção de descumprir essa promessa. Os Estados Unidos estavam muito mais interessados na orientação da política externa do Brasil. Após o estabelecimento do Estado Novo, figuras-chave do governo Vargas garantiram a Washington que o país não se aproximaria das potências do Eixo e não se afastaria dos Estados Unidos. Pelo contrário, o Brasil pretendia continuar a desenvolver laços comerciais com os Estados Unidos, bem como com as potências do

* Sempre que possível, os trechos de documentos brasileiros foram extraídos de suas respectivas fontes originais, tais como discursos, decretos de lei etc. (N. da E.)

Eixo. Acreditando compreender bem o novo regime do Brasil, o Departamento de Estado dos Estados Unidos deixou de lado as preocupações com a orientação pró-nazista dos principais líderes do Exército Brasileiro.

Enquanto tentava acalmar os americanos, Vargas também agia depressa para consolidar seu poder. Em seu discurso à nação em 10 de novembro, a maior parte de sua justificativa para a criação do Estado Novo centrou-se na ameaça de um golpe comunista no Brasil. Conhecido como o Plano Cohen (seu nome, um testemunho do antissemitismo latente na estrutura de poder do país), a ameaça foi exagerada pelos militares, que forjaram vários documentos para reforçar essa avaliação. Na realidade, após a fracassada Intentona Comunista de 1935 e a prisão dos principais conspiradores, os comunistas não estavam em posição de armar um segundo golpe. Em vez disso, a nova Constituição autoritária de Vargas era uma resposta a uma ameaça diferente e mais preocupante — vinda não da extrema esquerda, mas da extrema direita.

Embora no passado os conservadores tivessem ferrenhamente apoiado Vargas e seu regime, eles agora se revelaram seus adversários mais perigosos. Vargas precisaria agir com rapidez se quisesse evitar o mesmo tipo de golpe que o alçara ao poder. Menos de um mês depois do estabelecimento do Estado Novo, ele assinou um decreto dissolvendo todos os partidos políticos. Incluído nessa lista estava o partido fascista, a Ação Integralista Brasileira (AIB), cujos membros eram mais conhecidos como “camisas-verdes”. Vargas tinha procurado o apoio desse grupo em suas campanhas anteriores, mas, com a proibição de todos os partidos políticos no Estado Novo, voltou-se contra eles.

Como seria de se esperar, a liderança dos integralistas se sentiu traída e cuidadosamente conspirou para se vingar do antigo aliado. Entre os partidários dos integralistas estavam vários membros proeminentes das forças armadas, sobretudo da Marinha, onde eram particularmente fortes. Eles também mantinham ligações com a Itália fascista e a Alemanha nazista, e seus líderes estavam em contato direto com os nazistas — em busca de ajuda para tirar Vargas do poder.

Em uma noite amena, em maio de 1938, os integralistas entraram em ação contra o presidente e sua família. O drama subsequente, que se desenrolou no lindo jardim do palácio presidencial acabaria sendo importante não apenas para o Brasil como nação, mas também para as relações do país com os Estados Unidos e para a atitude brasileira diante da própria guerra

mundial que se aproximava a passos largos. De fato, dados os vínculos que a liderança dos integralistas desfrutava com a Alemanha e a Itália, os eventos ocorridos no palácio presidencial naquela noite não podiam nunca ter sido confinados à política interna brasileira. As apostas em jogo não poderiam ter sido mais altas.